

# MOÇAMBIQUE: PERANTE A HIPÓTESE DE UM ATAQUE ALEMÃO EM 1914-1915

JOÃO FREIRE

Quando se iniciam as hostilidades na Europa, e portanto também em torno das possessões coloniais da Alemanha, um diferendo diplomático continuava opondo os governos de Lisboa e Berlim: o «triângulo de Kionga», um pequeno território na margem direita do Rovuma, junto à embocadura deste rio, que os alemães mantinham sob o seu controlo, na sequência do conflito que Portugal tivera com o sultanato de Zanzibar e que só parcialmente fora resolvido com a acção militar naval de 1887 sobre a baía de Tunguè (depois designada por Palma) e as negociações que a rodearam, a que se seguiu uma ousadia dos alemães em 1894.

O resto da fronteira norte da província de Moçambique face ao Tanganica (*Deutsch Ost Afrika*)<sup>1</sup>, de cerca de 700 quilómetros de extensão, estava já definido de comum acordo entre portugueses e alemães, e em resultado dos trabalhos de campo da comissão mista de delimitação de fronteiras<sup>2</sup>. Consistia essa fronteira, como era então frequente, no obstáculo natural do rio Rovuma, que corre aproximadamente no sentido ocidente-oriental e, a partir da confluência com o rio M'singe (inteiramente moçambicano), em uma linha recta seguindo o paralelo 11.º 30' Sul até à margem no lago Niassa.

Começamos então por esclarecer qual era o contexto bélico criado no Verão de 1914 na colónia alemã contígua a Moçambique e os desenvolvimentos que aí ocorreram até 1916.

---

<sup>1</sup> África Oriental Alemã, hoje, Tanzânia.

<sup>2</sup> Ver o interessante texto do então capitão-tenente engenheiro hidrógrafo Augusto Eduardo Neuparth «A fronteira luso-alemã em Moçambique», *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*, 1.º e 2.º sem. 1908-1909, p. 27-36, 61-79, 103-113, 133-150, 181-191 e 8-20. O autor comandou a missão de campo portuguesa que em 1907 procedeu à demarcação da fronteira juntamente com uma idêntica missão alemã chefiada pelo capitão Schloback, desde a confluência do M'singe com o Rovuma até ao lago Niassa.

## QUADRO GERAL DA SITUAÇÃO MILITAR NESTE TEATRO DE OPERAÇÕES

As operações que deram fama de chefe militar invencível ao tenente-coronel von Lettow-Vorbeck só começaram em Março de 1916, curiosamente a altura da entrada oficial de Portugal na guerra contra a Alemanha, que logo em Abril registou movimentos ofensivos das tropas portuguesas no norte de Moçambique. Mas, até lá, vale a pena dar conta do que de essencial se passou no território da África Oriental Alemã.

A 8 de Agosto de 1914 a artilharia naval inglesa cala a estação de rádio de Dar-es-Salam mas, em resposta, logo no dia 15, as *Schütztruppen* tomam a povoação fronteiriça inglesa de Naveta, junto ao Kilimanjaro, por onde passa o comboio que liga o porto de Mombaça a Nairobi e ao lago Vitória, o corredor económico do Quénia, que virá a ser um importante teatro de operações militares terrestres entre Abril de 1915 e Maio de 1916, período durante o qual os alemães efectuaram 48 raids e destruíram diversos comboios. Mas outras iniciativas germânicas haviam colocado de imediato os seus vizinhos a ocidente na defensiva: a 22 de Agosto de 1914, ataque de uma sua canhoneira a um navio belga no lago Tanganica; e a 24 de Setembro, tomada da ilha Kwijwi, dos belgas, no lago Kivu. A 2 de Novembro os ingleses tentam desajeitadamente um desembarque em força de tropas vindas da Índia no porto de Tanga, que se salda por um fracasso e deixa nas mãos de Lettow armas, munições e abastecimentos, e o prestígio de uma grande vitória militar. E, a 19 de Janeiro de 1915, as tropas inglesas sofrem nova humilhante derrota na cidade costeira (e fronteiriça) de Jasin, que tinham acabado de ocupar.

Mas o ano de 1915 passou-se sem a «vitória decisiva» que Lettow procurava. No sudoeste da colónia, um destacamento das *Schütztruppen* tentou forçar a fronteira da Rodésia do Norte perto de Abercorn em Junho, sem o conseguir; e em Dezembro Lettow planeou uma ofensiva sobre Mombaça, que não foi além dos montes Kasigao. De facto, com o ano de 1916 chegava também a grande ofensiva das tropas anglo-sul-africanas, pressionando de norte para sul, a partir da fronteira do Quénia. Tendo vencido os alemães do Sudoeste Africano no Verão anterior, os aliados podiam agora concentrar grande volume de tropas no teatro do Tanganica – cerca de 45.000 homens, sob o comando-em-chefe do general sul-africano Smuts – contando também em breve com a participação dos portugueses e com as forças do Congo Belga do general Tombeur, que já se haviam desembaraçado dos alemães dos Camarões<sup>3</sup>.

Mas a história subsequente não cabe aqui ser contada e já foi diversas vezes relatada e analisada. Lembremos apenas que a mobilidade e a surpresa da acção das

---

<sup>3</sup> A notícia já corre na imprensa portuguesa nesse Outono (*O Mundo*, 31.Out.1914). Sobre esta campanha, ver MONIZ (2007).

tropas alemãs sempre levaram a melhor sobre os seus adversários; que nunca, até finais de 1917, a fronteira de Moçambique constituiu um objectivo militar importante para Lettow, e que as pequenas acções ocorridas foram apenas para manter incerteza nessa linha, responder a incursões lusas ou para testar o nosso dispositivo; que as ofensivas portuguesas além Rovuma a partir de Abril de 1916 foram mal planeadas e mal executadas e se saldaram por evidentes e desmoralizadores fracassos; e que a entrada em força de Lettow-Vorbeck em solo moçambicano em Novembro de 1917 corporizou uma retirada estratégica ganhadora, surpreendendo os portugueses e apossando-se de armas e munições que lhes permitiram deambular impunes pelo norte da colónia durante quase um ano, vencendo todos os combates que tiveram de travar contra portugueses e ingleses, de resto sempre mal coordenados entre si.

## O RELATÓRIO DE MASSANO DE AMORIM

Conhecidos os interesses alemães pelos territórios portugueses do norte de Moçambique, então administrados pela Companhia do Niassa por virtude do decreto de concessão de 1891 mas só efectivado no terreno em 1894<sup>4</sup>, decidiu o governo de Lisboa tomar medidas militares imediatas, despachando logo em Setembro de 1914 uma primeira expedição comandada pelo tenente-coronel Pedro Francisco Massano de Amorim (mas promovido a coronel logo em Dezembro desse ano), simultânea com a enviada para o sul de Angola sob o comando de Roçadas, com idênticos fins.

Massano de Amorim era um culto e experiente oficial de África<sup>5</sup>. O Relatório do comando desta missão<sup>6</sup>, que aqui nos serve de fonte principal, foi já explorado por Arrifes (2004) e outros. Porém, dada a credibilidade do seu autor, pode ser lido

<sup>4</sup> Sobre o combate ao tráfico de escravos e a imposição de soberania portuguesa no norte de Moçambique, incluindo a ocupação dos territórios de Cabo Delgado e das margens do lago Niassa e a acção da Companhia do Niassa, ver FREIRE (2013).

<sup>5</sup> Sobre o seu trabalho de levantamento etnográfico dos povos do Angoche, ver FREIRE, (2009: 159 sg.).

<sup>6</sup> AMORIM, (Coronel) Pedro Francisco Massano de (1915), *Relatório [da] Expedição ao Nyassa em 1914-1915*, (Dactilografado), 219 p. – AHM, 2.<sup>a</sup> Div., 7.<sup>a</sup> Sec., Cx. 52, N.º 61. O Relatório está estruturado em 27 capítulos não numerados: [Cap. I] – Causas que determinaram o Governo a mandar um destacamento expedicionário a Moçambique. [II] – Organização do Destacamento Expedicionário a Moçambique. [III] – Carregamento do navio e embarque das tropas. [IV] – De Lisboa a Porto Amélia – A viagem. [V] – Instalações das tropas do Destacamento Expedicionário a Moçambique em Porto Amélia. [VI] – Execução dos serviços no acampamento de Porto Amélia. [VII] – Instruções e orientação do Governo da Metrópole. [VIII] – Procedimento havido (Manter a neutralidade enquanto outra não fosse a orientação do Governo, e impedir uma invasão pela fronteira norte da província. Foi esta a missão de que fui encarregado. Vejamos qual foi o meu procedimento para cumprir esta missão). [IX] – O que me vejo obrigado a fazer para melhorar as más condições criadas pela má administração dos territórios [da Companhia do Niassa]. [X] – Reconhecimentos – Informações sobre os territórios do Nyassa. [XI] – Vigilância da Fronteira. [XII] – Estradas e pontes. [XIII] – Linhas telegráficas. [XIV]

e interpretado ainda mais em profundidade, pois fornece alguns bons elementos de informação para uma análise, não apenas das condições em que aquela tropa foi lançada no terreno e da maneira como se comportou – julgada pela generalidade dos historiadores como de forma medíocre –, mas talvez sobretudo das indecisões, equívocos, alijar de responsabilidades e mesmo insídias pessoais que terão marcado as instruções, informações e decisões tomadas pelos principais responsáveis envolvidos nesta operação. E eles foram diversos, devido a uma complicada «cadeia de comando», com múltiplas dependências e interferências políticas, militares e profissionais.

Quando se inicia a guerra na Europa não existiam tropas do Exército português nos distritos de Cabo Delgado e do Niassa que compunham a fronteira com o Tanganica e constituíam precisamente os territórios da Companhia do Niassa, a quem o governo de Lisboa concedera poderes majestáticos de administração. Apenas existia um Corpo de Polícia Militar (inicialmente com cerca de 200 homens), da responsabilidade desta, mas ainda em 1912 uma sua coluna de operações tinha submetido o chefe Mataka na região de Muembe. A população seria em 1914 da ordem dos 508 mil habitantes.

A 24 de Agosto de 1914, o posto militar fronteiriço de Maziúá, no Rovuma, sensivelmente a meio-caminho entre Negomano e Mitomoni e a uns 400 quilómetros da costa à *vol d'oiseau*, foi atacado de surpresa pelos alemães, saqueado e incendiado. É controversa a atribuição da responsabilidade do incidente. Escreve um historiador português actual: «Não é claro ainda hoje a quem pertence a culpa deste incidente, mas é evidente que o comando militar alemão, empenhado numa ofensiva no Quénia, a última coisa que queria era provocar os portugueses a sul» (Fraga, 2010: 148). Em todo o caso, tratou-se de uma acção isolada, pois não há registo historiográfico de mais alguma acção militar na fronteira, por iniciativa de qualquer das partes, até à declaração de guerra em Março de 1916, o que – com o conhecimento que temos, *a posteriori*, do desenrolar das operações no norte do Tanganica – prova que os receios de uma invasão alemã a Moçambique eram então totalmente infundados.

De resto, os objectivos militares fixados pelo governo de Lisboa ao comandante desta 1.<sup>a</sup> Expedição eram bem mais genéricos e acompanhados de considerações, cenários e alternativas bastante flexíveis, a precisar e especificar consoante o evoluir dos acontecimentos e as condições no terreno. Eis as quatro alíneas iniciais das «Instruções» recebidas na véspera da partida que definiam a missão da Expedição, num documento que constitui uma espécie de «carta de comando» para o seu responsável, porém quase todo ele de natureza administrativa:

---

Macondes. [XV] – Informações a respeito dos alemães. [XVI] – Informações recebidas em Dezembro (e até Nov. 1915, mês a mês).

O Governo, ao determinar a organização da Expedição a Moçambique teve por fim reforçar a guarnição daquela Província na previsão de vir a haver necessidade de defender os seus territórios:

- a) Contra possíveis invasões por parte dos alemães da colónia ao norte de Moçambique;
- b) Para reduzir à soberania portuguesa gentio hoje submetido mas que a notícia da possível ‘guerra de brancos’ em colónias limítrofes levasse à rebelião, fosse por motu próprio, fosse obedecendo a sugestões estranhas;
- c) Para eficazmente poder cooperar com forças que, em defesa de colónias da nação aliada [i.e. a Inglaterra] houvesse a empregar, caso se viesse a dar o pedido dessa cooperação;
- d) Para impedir que o território da Província viesse a ser teatro de lutas entre beligerantes, se assim viesse a convir aos interesses portugueses e enquanto aos mesmos interesses, conjugados ou não com os da nação nossa aliada, não conviesse a nossa declaração de beligerantes também.

## A EXPEDIÇÃO DE 1914

A composição das forças desta 1.<sup>a</sup> Expedição a Moçambique, tendo em vista o cumprimento da sua missão e os recursos disponíveis, foi ajustada em Lisboa entre o Estado-Maior do Exército, a Repartição Militar do Ministério das Colónias e Massano de Amorim no curtíssimo espaço de poucas semanas e ficou publicada num decreto de 18 de Agosto. Compunha-se de um Quartel-General; um Batalhão de Infantaria (num total de 1.039 homens), uma Bateria de Artilharia de Montanha (com 221 homens; 22 cavalos e 82 muares) e um Esquadrão de Cavalaria (num total de 189 homens; e 169 cavalos) como forças combatentes; e Serviços consistentes em pequenas secções de Engenharia (15 homens), Saúde (com apenas 2 médicos e 2 enfermeiros), Administração Militar (26 homens), Depósito de Material de Guerra e um Parque de Viaturas (*Fiat*, com 10 condutores e 1 mecânico), num total de 1.533 homens, aos quais foi ainda acrescentado mais algum pessoal de sapadores-mineiros, de telegrafistas e de Administração Militar.

A viagem decorreu sem novidade, a bordo do paquete inglês fretado *Durham Castle* e do *Moçambique*, da Empresa Nacional de Navegação, tendo ambos largado de Lisboa a 11 de Setembro, no meio de grande exaltação patriótica e afluência popular. O *Durham Castle* foi escoltado até Porto Amélia pelo cruzador *Almirante Reis*, tendo escalado Cabo Verde, Luanda, Cabo e Lourenço Marques, onde chegaram a 16 de Outubro. Aqui efectuaram-se transbordos de pessoal e carregamentos dos vapores locais *Manica* e *Luabo*, e do *Moçambique*, que só trazia carga.

Em Porto Amélia (anterior e actual Pemba<sup>7</sup>), onde a Expedição chegou a 1 de Novembro, nada estava preparado para receber um destacamento desta envergadura.

<sup>7</sup> Não confundir com a ilha de Pemba, vizinha da de Zanzibar.

Ademais, o recente ciclone de Abril de 1914 havia provocado grandes destruições na povoação. Um hospital, uma pequena escola e uma ponte-cais em madeira (semi-destruída pelo temporal), eram quase os únicos sinais da presença colonial, para além dos edifícios administrativos e de algumas residências de europeus. O resto era uma sanzala plantada sobre as areias da praia. Assim, um tempo considerável foi gasto inicialmente a desembarcar, parquear os materiais, levantar bivaques e construir um grande campo de estacionamento militar.

Porém, a presença de 1.500 europeus fez animar a vida económica e social da terra. Segundo o Relatório de Massano, o trabalho dos indígenas era pago pelas autoridades militares a 10 centavos por dia<sup>8</sup>, segundo a tabela da Companhia do Niassa, mas em Porto Amélia no Parque de Carros o salário era a 25 centavos, na Padaria a 18, na Enfermaria a 15 e os maqueiros recebiam 12. Os pagamentos eram individuais e feitos ao Domingo. O horário de trabalho era das 5,30 às 11 horas e das 13 ao pôr-do-sol. Havia facilidade de recrutamento, desde que os habitantes perceberam que recebiam pontualmente e não havia castigos corporais. Mas para carregadores, era mais difícil o recrutamento, por não desejarem o afastamento das suas zonas de residência.

## O DISPOSITIVO NO TERRENO E AS INTENÇÕES DO COMANDO

A realização primeira da Expedição foi, pois, a criação da *base logística* de Porto Amélia para esta força e para as que, anualmente, se lhe seguiriam. Assegurar ao pessoal ali concentrado a alimentação diária de carne, pão, leguminosas, água, vinho, etc., devidamente confeccionada e distribuída, e nalguns casos levada a distância graças à movimentação mais rápida das viaturas automóveis, para perto de dois milhares de homens (contando com mobilizados locais), não terá sido tarefa fácil e consumiu certamente boa dose das energias do contingente expedicionário. O estado sanitário, disciplinar e moral dos homens foi provavelmente uma outra preocupação principal do comando, dado que – segundo o próprio Massano lastima – a urgência da mobilização não permitira fazer uma selecção mais cuidada do pessoal (tanto do ponto de vista disciplinar como médico) e a sua instrução específica para actuar naqueles cenários fôra nula. O descuido com as águas ingeridas e nas práticas sexuais ocasionais ou os preconceitos populares contra a toma de quinino (suposto quebrar a virilidade masculina) provocaram altas taxas de baixas médicas e de indisponibilização das forças, ainda por cima com um serviço de saúde muito insuficiente (que Massano reclama em Junho de 1915 seja aumentado com 2 médicos e 12 enfermeiros e dobrada a quantidade dos medicamentos já requisitados).

---

<sup>8</sup> 100 réis em moeda antiga.

O segundo tipo de tarefas ordenadas pelo QG da Expedição consistiu na realização de reconhecimentos militares para actualizar a informação útil aos planeadores do estado-maior quando ao emprego militar das forças. O relatório enumera e precisa a realização destes reconhecimentos que forneceram enfim a Massano de Amorim uma panorâmica actualizada do território.

A terceira prioridade que o comando definiu como tarefa para a possibilidade de realizar futuras operações militares de envergadura num tipo de guerra convencional – diferente das até então praticadas pelas colunas de operações para vencer e castigar rebeliões indígenas – foi a da abertura de estradas por onde pudessem transitar comboios de viaturas automóveis (e mais facilmente os carros de tracção animal e as forças apeadas) bem como a montagem de linhas telegráficas (muitas vezes paralelas às primeiras) que permitissem uma rápida comunicação de mensagens e informações urgentes. A rádio-telegrafia (TSF) era então ainda muito incipiente e quase inexistente na região, embora Massano de Amorim tenha pedido para Lisboa em Junho de 1915 que viesse equipamento para instalar um posto em Metangula (na costa do lago Niassa) e outro no término do telégrafo do distrito de Moçambique, na zona de Malema-Ribaué.

Nestes termos, foram abertos itinerários macadamizados, ou pelo menos onde pudessem circular viaturas, entre Porto Amélia e Mocímboa do Rovuma (por Montepuez e Muirite, num total de 463km), e à data do regresso da Expedição estavam em obra as estradas entre Muirite e Nanguare, entre Nanguare e Metarica, e entre Muembe e Metangula, permitindo assim um bom acesso ao lago Niassa – uma vez que o troço Metarica-Muembe já tinha sido aberto anteriormente sob os auspícios da Companhia do Niassa. Além de alguma desmatação, a principal dificuldade na abertura destes itinerários era a transposição dos numerosos cursos de água (obrigando à construção de pontes e pontões) e a passagem por zonas alagadiças ou que se tornavam intransitáveis na época das chuvas, sendo a tarefa cometida a diversas «brigadas de trabalho», geralmente chefiadas por um oficial subalterno e constituídas por indígenas da região, mediante pagamento.

Por outro lado, foram levantadas e estendidas novas linhas telegráficas, para acrescentar àquela que vinha ao longo da costa da ilha de Moçambique a Porto Amélia e a Palma: assim, a «linha do Rovuma» teve um primeiro troço, com 263km de extensão, concluído em finais de Janeiro de 1915, ligando Palma a Negomano, por Pundanhar, Nangade, Mocímboa do Rovuma e M'Peça; a outra linha principal permitiu conectar Porto Amélia com Mocímboa do Rovuma através de Bandar, Metuge, Ankuabe, Montepuez e Muirite, numa extensão de 450km. Para oeste, a partir destas estações, foram ainda lançadas linhas em direcção a Namecala e a Metarica, com o intuito de vir a fechar a malha tecida entre as linhas do Rovuma e do Lago. Bem entendido, esta priorização tinha como pressuposto que não estava

iminente, nem previsível a curto prazo, qualquer ameaça de acção militar germânica sobre o território moçambicano.

A vigilância da fronteira foi outra das preocupações assumidas por Massano de Amorim, essencialmente como dispositivo de alerta para obter informações rápidas quanto a eventuais alterações dos planos de guerra germânicos. Assim, desde finais de Novembro de 1914 o QG da Expedição instruiu o comandante militar de Palma para dar execução à montagem de 28 postos de vigilância ao longo da fronteira, entre Nangade e Chivinde, este junto ao lago Niassa. Cada um destes postos era guarnecido por 3 «escuteiros» africanos que diariamente levavam informações orais ao posto contíguo; regularmente intervalados, existiam uns postos principais onde o chefe (europeu ou africano) sabia ler e escrever, reduzindo a escrito as informações orais recebidas dos postos vizinhos e fazendo chegar em mão essas mensagens ao posto seguinte, e assim sucessivamente. Deste modo, chegavam todos os dias a Nangade estas informações, que aí eram condensadas e sistematizadas por um oficial, e enviadas por telégrafo para Palma e para o QG de Porto Amélia. Entretanto, ia-se estendendo a linha telegráfica ao longo do rio, que atingiu Negomano em Outubro de 1915, sendo desmontado aquele dispositivo de comunicação pessoal por escuteiros na parte já electrificada. Os escuteiros eram remunerados a 120 réis por dia e os chefes de posto principais, geralmente sipaios ao serviço da administração colonial, recebiam uma gratificação suplementar de 40 réis diários.

Além destes, no ano de 1915 estavam também activados e guarnecidos com tropa portuguesa os seguintes postos militares, espaçadamente situados ao longo da fronteira do Rovuma, de nascente para poente: Pundanhar, Nangade, Mocimboa do Rovuma, M'Peça, Negomano, Maziúá, Macologe e Chivinde. Vários deles foram palco de sangrentos combates, mas sempre só depois de Março de 1916.

As informações militares eram então muito precárias e carreavam frequentemente informações erradas, falsas ou alarmistas. As suas fontes eram fundamentalmente alguns espões africanos pagos, e também os relatórios recebidos dos postos de observação da fronteira, os interrogatórios feitos a viajantes que atingiam Porto Amélia, a imprensa (que ali chegava com atraso e era analisada), etc. Contudo, as informações assim obtidas sobre as forças germânicas e os seus movimentos correspondem, no essencial, ao que existia de facto no território da África Oriental Alemã. Não houve, portanto, falha grave ou insuficiência de informação nos pressupostos em que o comandante português baseou a sua estratégia.

Consideremos agora os cenários equacionados por Massano de Amorim e o seu estado-maior para a eventualidade de uma invasão dos alemães ao nosso território – não previsível a curto prazo (pela pressão que estavam sofrendo dos aliados e a quase total falta de reabastecimentos vindos da Alemanha) mas não descartável quando os

seus recursos diminuíssem e o avanço do inimigo os forçasse a uma retirada para sul, que foi o que se verificou mais tarde, em 1917-1918.

Reflectindo sobre as intenções ofensivas dos alemães, Massano apenas considera três objectivos possíveis para a sua entrada em Moçambique:

- 1.º – Procurar assegurar-se de um caminho franco para poderem passar entre o [lago] Chirua<sup>9</sup> e o Niassa para a África Central Inglesa<sup>10</sup>;
- 2.º – Ocupar o nosso território com o propósito de realizar e manter a posse;
- 3.º – Realizar uma invasão com o fim de nos prejudicar destruindo as nossas instalações, chamar as nossas atenções e tropas para determinados ponto, e espalhar o terror pelos indígenas voltando-os contra nós<sup>11</sup>.

Perante o primeiro destes cenários, junto ao lago Niassa, Massano previa fortes dificuldades de transporte e reabastecimento para a coluna alemã, vista a ausência de caminhos e de carregadores mobilizáveis. Manteria decerto a sua base em Songea e teria que dispersar forças para guarnecer os postos fortificados que garantissem a sua linha de comunicações, não dispondo de efectivos humanos suficientes. Com efeito, a etnia dos Ungoni, localizada perto do lago Niassa, havia participado da revolta indígena dos Mau-Mau contra os alemães em 1905; e a dos Ayao, dominantes no planalto entre o Lugenda e o Niassa, haviam-se especializado na captura de outros negros para o tráfico escravagista mantendo-se exímios nas técnicas de caça, o que os fez resistir bravamente à colonização portuguesa. Nestas circunstâncias, uns e outros podiam ser hostis a uma nova presença de europeus. Considera pois Massano que «a aventura seria arriscada e especialmente muito demorada»<sup>12</sup>. Em todo o caso, o comandante português julga suficiente guarnecer e fortificar melhor o posto de Metangula, lançar para o corredor de passagem do inimigo uns milhares de «indígenas armados e decididos, acostumados à guerra, para prejudicarem com as suas emboscadas a acção para a frente e para terem em constante ameaça as comunicações»<sup>13</sup> e dispor de pontos de abastecimentos «para permitirem a rápida aproximação com automóveis das tropas do litoral em posição de espera»<sup>14</sup>.

No caso do segundo cenário, prevê o comandante da Expedição duas variantes possíveis ao dispor do comando alemão. A primeira consistiria numa invasão pela costa, passando o rio entre Mocímboa do Rovuma e Palma e buscando um combate decisivo na zona de Porto Amélia. Face a esta hipótese, Massano julga «necessário

<sup>9</sup> Lago pequeno, a sul do grande lago Niassa.

<sup>10</sup> Sobretudo para a Rodésia do Norte e a Niassalândia (hoje Zâmbia e Malawi, respectivamente).

<sup>11</sup> *Relatório*, p. 124.

<sup>12</sup> *Relatório*, p. 125.

<sup>13</sup> *Relatório*, p. 125.

<sup>14</sup> *Relatório*, p. 125-126.

e suficiente ter bom reforço de tropas em Mocímboa do Rovuma e [...] necessária comunicação por terra entre Porto Amélia e Mocímboa do Rovuma [...] material de desembarque para ter um grosso efectivo em Mocímboa da Praia para seguir para Palma [...], opondo tropas brancas marchando em automóveis por oeste para Mocímboa do Rovuma, ou por leste por mar»<sup>15</sup>. Como se percebe, a manobra prevista pelo comando português seria a de contra-atacar o inimigo em marcha, apanhando-o lateralmente ou eventualmente «em tenaz», graças a uma maior velocidade de deslocação das nossas tropas.

A segunda hipótese deste cenário de intenção de ocupação do norte de Moçambique «para vencer e ficar» consistiria num «ataque simultâneo em toda a linha da fronteira ou em vários pontos desta linha [que, considera,] não era muito provável, visto a extensão da linha, as dificuldades dos alemães nos transportes [...] e ainda de ser a natureza dos territórios de Negomano para o Lago uma barreira difícil, mesmo que se não opusesse resistência alguma»<sup>16</sup>. Para fazer face a esta eventualidade, Massano afirma que: «bastava ter postos fortes e bem fortificados em Metangula, Metarica e Muirite, bem definida e em condições de ser facilmente socorrida a linha Mocímboa do Rovuma-Palma e, ao mesmo tempo, dez a quinze mil auxiliares que trabalhassem à frente destes postos, bem armados e melhor comandados, atacando sem dar combate nem empreendendo marchas, esperando emboscadas para logo seguirem para a rectaguarda do inimigo a ameaçar-lhe os comboios, fazendo tempo a que as tropas concentradas em Porto Amélia e as que podiam ser concentradas em Tete e [no distrito de] Moçambique acoressem onde a oportunidade melhor indicasse»<sup>17</sup>.

Quanto ao terceiro cenário, diz apenas o comandante da Expedição que «para impedir os seus efeitos, tornava-se necessário ter uma pronta e rápida informação, ter uma linha de rectaguarda bem guarnecida em condições de acorrer aos pontos prováveis de passagem do Rovuma, ter tropas preparadas para efectuar um movimento ofensivo de rápidos efeitos em ponto escolhido e que nos oferecesse vantagens imediatas»<sup>18</sup>. Como se vê, esta situação seria a mais difícil de identificar e de lhe responder com algum sucesso, a partir de um dispositivo militar previamente preparado.

Em todo o caso, sobrepondo as várias alternativas estratégicas a opor a cada um dos cenários e hipóteses de invasão alemã, Massano de Amorim não tem dúvidas em apurar e definir as suas medidas preparatórias de resposta a todas as alternativas consideradas. Acentua assim os seguintes pontos:

<sup>15</sup> *Relatório*, p. 127.

<sup>16</sup> *Ibidem*.

<sup>17</sup> *Relatório*, p. 128.

<sup>18</sup> *Ibidem*.

- a) guarnecimento por tropas indígenas, mas armadas com metralhadoras, da zona de fronteira fluvial entre Mocímboa do Rovuma e a foz do rio;
- b) efectivar as guarnições dos postos de Matiú, M'peça, Negomano, Maziú, Macologe, Mitomone e Chivinde;
- c) fortificar solidamente com peças de 7cm e guarnições de tropas regulares indígenas os postos de Metangula, Metarica e Muirite;
- d) manter em Porto Amélia as tropas do destacamento expedicionário, prontas a seguir por via marítima para Palma ou Mocímboa da Praia ou por automóvel para qualquer ponto de linha de comunicações Porto Amélia-Metangula;
- e) organizar entre 10 e 15 mil «auxiliares», devidamente comandados «instalados em acampamentos de guerra para leste e oeste de Metarica»<sup>19</sup>;
- f) «dotar as tropas de Palma com efectivos e material que estejam sempre em superioridade em relação à guarnição de Kionga, de modo a poder invadir e ocupar Kionga ao menor acto praticado pelos alemães a significar rotura de neutralidade ou acção ofensiva no nosso território»<sup>20</sup>;
- g) garantir a existência de 20 camiões para transporte de tropas e de estradas apropriadas nos itinerários entre Porto Amélia-Muirite-Mocímboa do Rovuma-Palma, Muirite-Metarica-Metangula (passando também por Nanguare e Muembe) e Metarica-Maziú;
- h) assegurar transportes de cargas por carros de bois, burros e muares, e por carregadores africanos, para apoio às tropas em operações;
- i) dispor de navios prontos a transportar num dia tropas para Palma;
- j) telégrafo ligando toda esta rede de postos principais de vigilância e defesa;
- k) ter abastecimentos para 2 meses em Metangula, Metarica e Muirite, e para 4 meses em Porto Amélia.

Como se vê, a estratégia defensiva imaginada pelo comando da Expedição assentava na manutenção concentrada das tropas metropolitanas em Porto Amélia, dotando-as de mobilidade para acorrer a travar batalha em qualquer dos cenários de invasão imaginados; numa linha de postos de fronteira guarnecida por tropas indígenas (dos quais apenas pôde efectivar a presença de uma companhia em Mocímboa do Rovuma-Negomano, com outra de reserva em Palma); na mobilização de um importante contingente de guerreiros moçambicanos enquadrados para instabilizarem as linhas de comunicação inimigas por acções de guerrilha; e numa boa rede e meios de transporte e informação rápidos, com pontos de reabastecimento previamente preparados. A despeito da ausência de uma efectiva «prova

---

<sup>19</sup> *Relatório*, p. 129.

<sup>20</sup> *Ibidem*.

de fogo», parece tratar-se de uma concepção inteligente e realista, marcada por conceitos modernos de guerra terrestre de movimento, ainda sem cobertura aérea<sup>21</sup> mas contando já com transportes rápidos motorizados<sup>22</sup>, embora não-pesados e de maior capacidade, como seria o caso se existisse já um caminho-de-ferro naquele teatro de operações<sup>23</sup>.

Quanto à hipótese de uma manobra ofensiva do Exército português, a questão coloca-se apenas após a queda do governo de Pimenta de Castro quando, em telegrama de 27 de Junho para Lisboa, Massano informa: «Quando haja intenção operações ofensivas, indispensável satisfazer pedidos [de] pessoal [e] material<sup>24</sup> [e] aumentar ainda efectivos mais bateria [de] metralhadoras, um batalhão infantaria [e] uma bateria [de artilharia de] montanha»<sup>25</sup>. De imediato, o major Norton de Matos, que acabara de tomar posse do cargo de Ministro das Colónias, pergunta para Porto Amélia em telegrama que só pode ser decifrado a 28: «Peço dizer esta via reforços [e] recursos carece para ocupar Kionga e invadir território alemão»<sup>26</sup>.

Ora, aqui surge um primeiro equívoco: Massano interpreta esta ofensiva como sendo apenas restringida ao «triângulo de Kionga», isto é, ao território ocupado pelos alemães, aquém-Rovuma. Mesmo assim, tratando-se de uma operação ofensiva, contra um inimigo entrincheirado e com o terreno organizado para a defensiva segundo as boas concepções da doutrina militar, Massano aproveita para aumentar o rol de necessidades, declarando necessitar de: «dois navios de guerra sob as minhas ordens imediatas tipo Salvador Correia<sup>27</sup> [e] um transporte tipo *Luabo*<sup>28</sup>»; mais 6 companhias indígenas, 1 pelotão de sapadores-mineiros (de engenharia), 2 oficiais subalternos com o curso de estado-maior, 4 oficiais subalternos para as unidades combatentes, 12 automóveis, 1 carro-oficina e sobressalentes, 36 *chouffeurs*, 1 mecânico e 6 meses de abastecimentos, além dos reforços do serviço de

<sup>21</sup> Tal como sucedeu no sul de Angola, a primeira esquadrilha de aviação enviada para o norte de Moçambique só ali chegou no fim da campanha, em 1918, sem qualquer utilidade prática para o desenrolar das operações.

<sup>22</sup> Diferentemente de Pereira d'Eça no sul de Angola, que só usa os seus camiões para reabastecimento, continuando as operações a serem feitas na base de colunas marchando a pé (à mesma velocidade dos carros de tracção animal, com as cargas), tal como em todas as outras campanhas anteriores de submissão das populações locais (FREIRE, 2011).

<sup>23</sup> Ao contrário do que acontecia no Tanganica e no Quênia e que deveria ter sido efectivado nos territórios da Companhia do Niassa, de acordo com o compromisso estabelecido com o Estado português.

<sup>24</sup> Pedidos anteriores, para preencher as baixas havidas.

<sup>25</sup> *Relatório*, p. 107.

<sup>26</sup> *Relatório*, p. 108.

<sup>27</sup> Transporte de tropas armado, de pequena tonelagem, que operava em Angola.

<sup>28</sup> Navio mercante de pequena tonelagem requisitado e posto ao serviço da marinha colonial de Moçambique, que já tinha sido utilizado nos abastecimentos da Expedição, entre Lourenço Marques e o norte do território.

saúde que já referimos anteriormente. E acrescentava: «Indispensável: distrito [de] Moçambique fique minhas ordens efeito recursos pessoal, material, víveres; ordem para proclamar estado [de] sítio [nos] territórios [da Companhia do] Niassa quando eu entender; entendimento com forças inglesas aqui, operações costa, interior, norte [e] colónia alemã»<sup>29</sup>.

Quem atalha mais rapidamente a esta interpretação é o Governador-Geral de Moçambique, à data o major Baptista Coelho, frisando a 5 de Julho que se tratava de «invasão e ocupação território Kionga e zona além-Rovuma»<sup>30</sup>. Massano de Amorim deve ter estremecido, pois ouvia falar pela primeira vez num intenção de ocupação militar «para durar» de um território até agora sujeito à soberania alemã sem qualquer contestação internacional. Em dois telegramas sucessivos, retranscritos a 11 de Julho no ofício que enviou ao Ministro das Colónias, o comandante da Expedição desenha a acção estratégica que se propunha desenvolver para tal cenário, com a especificação e quantificação dos meios julgados necessários.

Quanto à concepção da manobra, contando com a cooperação das forças aliadas, eis o seu pensamento, expresso em forma telegráfica:

Linhas gerais: ocupação Kionga, concentração ali, invasão pela costa [até] Lindi, ocupação território além-Rovuma depois [em] harmonia [com] linha retirada alemães, tendo bem guarnecido as regiões [de] Muirite, Metarica [e] Metangula donde se poderão fazer demonstrações [de força] para distrair atenções alemães. Supondo forças alemãs atacadas simultaneamente norte [e] leste por ingleses. Força alemã aproximadamente seis mil homens [na] linha [de] fogo<sup>31</sup>.

Porém, caso a ofensiva fosse desencadeada sem a cooperação de tropas britânicas (que Massano preconizava), o comandante da Expedição frisava que tal operação exigiria um volume de forças muitíssimo superior, da ordem dos 20.000 homens, com metralhadoras, artilharia, engenharia e a logística correspondentes. «Sobre época operações, tanto seca como chuvas têm inconvenientes e vantagens visto falta água territórios, dependendo apenas chegada tropas pedidas e ter aqui abastecimentos concentrados e meios transporte para os levar até tropas [...]»<sup>32</sup>.

Estes recursos eram excessivos para aquilo que, em homens e em despesa pública, a metrópole podia então despende. Provavelmente, o comandante expedicionário terá feito estes cálculos a partir de um exame rigoroso da situação militar, mas é também admissível que se tivesse querido precaver contra as reduções que Lisboa

<sup>29</sup> *Relatório*, p. 109.

<sup>30</sup> *Relatório*, p. 110.

<sup>31</sup> *Relatório*, p. 112.

<sup>32</sup> *Relatório*, p. 111.

lhe imporia, ou mesmo ressaltar as suas responsabilidades de chefe militar no terreno, podendo então servir-se destas suas avaliações para justificar um eventual insucesso da campanha.

## AS DIFICULDADES NAS EXECUÇÕES PRÁTICAS

A atitude das populações indígenas era decerto um importante factor a considerar em qualquer cenário de guerra no norte da colónia de Moçambique. Para além da breve referência já feita às etnias da região do Lago, no litoral (distritos de Cabo Delgado e de Moçambique) predominavam os povos Macúas, que já se estavam habituando à presença da administração portuguesa. Outro tanto não acontecia com os Macondes, que habitavam o planalto entre os rios Rovuma, Lugenda e M'salu.

Um historiador actual atribui à entidade administrante do território expectativas de interesse económico, beneficiando da presença das tropas portuguesas: «Até então, os Macondes eram considerados desobedientes, visto que não pagavam impostos. Melhor ainda: em 1914, a sua região não tinha, numa extensão de 200km, postos administrativos. [...] É bem visível que a Companhia do Niassa esperava e esperaria que as expedições de 1914-1918 deixassem à sua mercê a região maconde – quer dizer: que lha deixassem a pagar o imposto.» (Pélissier, II: 396). De facto, o Relatório de Massano de Amorim dedica um capítulo longo de mais de vinte páginas a explicar a acção das tropas expedicionárias nesta região<sup>33</sup>. Considerando o eixo Muirite-Mocímboa do Rovuma como central na sua estratégia, o comandante ordenou em Janeiro de 1915 ao comandante militar de Palma uma acção cautelosa com vista a convencer os autóctones acerca do estabelecimento de um posto em território maconde. Porém, a penetração correu mal, a tropa foi hostilizada – «um [soldado] indígena ferido com uma bala numa perna e um soldado da guarda ligeiramente ferido no ventre por uma flecha»<sup>34</sup> – e respondeu queimando palhotas e destruindo plantações: «Da parte do inimigo houve vinte mortos e 12 feridos»<sup>35</sup>, conforme relata o responsável da acção. A esta acção desproporcionada seguiu-se uma desforra dos africanos em Munguide, com mais um morto do nosso lado: «Era indispensável proceder desde logo para não agravar a situação»<sup>36</sup>, conclui Massano. Com o consentimento do Governo-Geral e o acordo do governador dos

<sup>33</sup> Na última guerra colonial travada pelos portugueses, em 1964-1974, o levantamento armado independentista iniciou-se precisamente nesta zona, que tinha fáceis ligações à Tanzânia, a partir da povoação de Mueda.

<sup>34</sup> *Relatório*, p. 185.

<sup>35</sup> *Ibidem*.

<sup>36</sup> *Relatório*, p. 186.

territórios da Companhia do Niassa, o comando da Expedição mandou negociar com chefes gentílicos, empenhou forças de escolta das brigadas de trabalho e, entre Abril e Setembro, conseguiu abrir a tal estrada e linha telegráfica, avançando no sentido norte-sul e sul-norte, também com a edificação de dois postos intermédios fortificados, não sem que, de tempos a tempos, sofressem emboscadas e tiros de hostilização por parte de Macondes opostos à sua presença. Com efeito, segundo Massano, estes povos dividiram-se a este respeito, uns hostilizando a penetração dos portugueses, outros aceitando-a e fornecendo homens-de-trabalho.

As relações da Expedição com a Companhia do Niassa foram sempre rodeadas de dificuldades, algumas das quais vinham da interpretação a dar, no concreto, aos termos legais da concessão. Como seria de esperar, são várias as razões de queixa apontadas à Companhia do Niassa por parte das autoridades portuguesas. Por exemplo, refere Massano de Amorim que, perante a necessidade da reconstrução da ponte-cais de Porto Amélia, tais trabalhos de engenharia foram assumidos pela Expedição. E noutra passagem do Relatório de Massano há referência ao «estado lastimoso das tropas da Companhia do Niassa que aqui encontrei»<sup>37</sup>. Também o comandante deparou inicialmente com um «estado de insubordinação dos indígenas em Porto Amélia e significada a sua desobediência às autoridades. Nos primeiros tempos nas relações [da Expedição] com os indígenas, o receio destes era manifesto»<sup>38</sup>. Depois as coisas mudaram «acrescentando as suas cantilenas com uma nova letra que significava ‘gente do governo (eram os seus militares) dá dinheiro e não dá pancada’ [...]. Mais uma vez eu repito aqui o que tantas vezes tenho dito: quando seriamente se queira conseguir a subordinação dos pretos e até a dedicação destes pelos representantes do governo português bastará realizar esta causa, aliás simples: remunerar convenientemente os indígenas, tratá-los bem, castigar-lhes severamente as faltas, mas sobretudo ouvir-lhes as queixas e punir sem misericórdia todos aqueles que os enganam, os exploram e os roubam»<sup>39</sup>. No entanto, as relações formais e institucionais entre os militares e a Companhia do Niassa mantiveram-se sempre, sem interrupções. Constitui disso uma prova o facto de em Julho de 1915 o governador Mata Dias ter passado o encargo do governo dos territórios da Companhia a Abílio de Lobão Soeiro e terem testemunhado o acto e assinado a respectiva acta, em Porto Amélia, o coronel Massano de Amorim e vários oficiais do seu Quartel-General<sup>40</sup>.

Finalmente, as relações do comando da Expedição com as autoridades portuguesas a que estava subordinado – o Governo em Lisboa e o Governador-Geral

<sup>37</sup> *Relatório*, p. 114.

<sup>38</sup> *Relatório*, p. 167.

<sup>39</sup> *Relatório*, p. 168.

<sup>40</sup> *Boletim da Companhia do Niassa*, n.º 207, de 31.Jul.1915.

(e o seu chefe do estado-maior) em Lourenço Marques – revelaram-se muitas vezes como produzindo indecisões ou efeitos contraditórios, sempre prejudiciais para um melhor desempenho da missão.

## NOTAS FINAIS

Em resumo, o que correu mal com esta primeira Expedição a Moçambique, que tantas críticas suscitou na época, as quais se repercutiram em parte nos escritos de analistas posteriores? Na nossa opinião, terá havido:

- Uma boa assunção do comando da força, em termos de visão estratégica moderna perante a hipótese de uma futura invasão alemã, de avaliação da importância dos aspectos logísticos numa campanha deste tipo e de um modo de relacionamento com as populações africanas marcado pela firmeza, pela justiça e por um benefício económico imediatamente palpável pelos indígenas. A consideração da alternativa de uma operação ofensiva sobre os territórios ocupados pelos germânicos, para a qual seriam indispensáveis muito mais tropas da metrópole e uma adequada coordenação com o exército inglês, só se colocou mais tarde, depois da revolução do 14 de Maio em Lisboa. Tudo isto parece concordar com a opinião expressa por um historiador actual de que «Pedro Massano de Amorim seja o único comandante expedicionário em África entre 1914 e 1918 a conseguir ganhar prestígio e respeito, tanto na metrópole como em Moçambique» (ARRIFES: 146);
- Uma muito deficiente coordenação orgânica e institucional entre o comando das operações no terreno, o Governador-Geral da colónia e o Governo de Lisboa, dificultada pelos meios de comunicação existentes e agravada por temores quanto à responsabilização de decisões tomadas e por susceptibilidades interpessoais:
- Uma escassez de recursos muito acentuada (de pessoal, armas, equipamentos, abastecimentos e meios financeiros), sendo provavelmente essa a razão fundamental para os atrasos e dilacões verificados, a que se acrescentava a ineficiência dos procedimentos burocráticos típicos da nossa administração pública;
- Um empenhamento do pessoal militar que pode ter sido algo contido e limitado, dados os riscos e as condições de vida inerentes a uma campanha como esta, decerto com uma dose de responsabilidade a atribuir à oficialidade que tinha o comando directo dos soldados, por falta de instrução e de motivação do pessoal a acrescentar ao mau recrutamento inicial, tudo contribuindo para níveis excessivamente elevados de indisciplina (pelo menos, no início) e de baixas por motivo de doença;

- Uma atitude geral dos povos indígenas da região norte de Moçambique relativamente passiva, sem envolvimento entusiástico ao lado das tropas portuguesas (como o exibido pelos *askaris* com que Lettow-Vorbeck pôde contar), mas parece também que sem resistência às suas ordens ou dificultando a satisfação das suas necessidades, não se bandeando para o lado dos alemães e até apreciando as condições económicas em que, aos milhares, em Porto Amélia e no interior, eram contratados pelas autoridades militares portuguesas (em contraste com a administração da Companhia do Niassa). Neste aspecto, até a relação especial havida com os Macondes – até aí rebeldes a aceitar a tutela dos europeus – não terá sido completamente negativa. E só mais tarde, em 1917, com o território devastado pelas acções de guerra e a política de «terra queimada» dos alemães, e sobretudo com a fuga de populações e a destruição dos circuitos económicos, as populações negras terão sofrido gravemente com esta guerra que não era a deles, ao ponto de terem perdido talvez meia centena de milhar de almas.

## FONTES:

Publicações Periódicas: jornais *O Mundo*, *República* e *Ultramar* (de Goa); *Boletim Oficial da Província de Moçambique*; *Boletim da Companhia do Niassa*; *Ordem do Exército*; e *Lista de Antiguidades dos Oficiais do Exército Metropolitano* (várias datas e números).

## BIBLIOGRAFIA:

- AFONSO, Aniceto & GOMES, Carlos de Matos coords. (2010) – *Portugal e a Grande Guerra: 1914-1918*. Matosinhos: QuidNovi.
- ARRIFES, Marco Fortunato (2004) – *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa: Angola e Moçambique (1914-1918)*. Cosmos/Instituto de Defesa Nacional.
- COMPANHIA DO NIASSA (1928) – *Factos e Documentos*. Lisboa.
- COSTA, (Tenente) Mário – *É o Inimigo que Fala: Subsídios para o estudo da campanha da África Oriental, 1914-18*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional.
- FRAGA, Luís Alves de (2010) – caps. vários in AFONSO, Aniceto & GOMES, Carlos de Matos coords., *Portugal e a Grande Guerra: 1914-1918*. Matosinhos: QuidNovi.
- FREIRE, João compil. (2009) – *Moçambique há um século, visto pelos colonizadores*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- FREIRE, João (2011) – *Olhares Europeus sobre Angola*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- FREIRE, João (2013) – *Do Controlo do Mar ao Controlo da Terra*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.

- GONZAGA, (Aspirante) Amós Hilário Nhancale, (2011) – *As campanhas militares portuguesas em Moçambique durante a Primeira Guerra Mundial: o objectivo de recuperar Quionga e a passagem para norte do Rovuma* (trabalho académico de mestrado em Ciências Militares). Lisboa: Academia Militar.
- LAVRADIO, Marquez do (1941) – *Pedro Francisco Massano de Amorim*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- MARTINS, Eduardo Augusto Azambuja (1918) – «A fronteira do rio Rovuma». *Revista Militar*, 2.<sup>a</sup> Época, Ano LXX, n.º 1, p. 27-31.
- MARTINS, (Coronel) Eduardo [Augusto] Azambuja (1935) – «A campanha de Moçambique», in General Ferreira Martins dir., *Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Ática, V. II, p. 129-189.
- MARTINS, (General) Luís Augusto Ferreira (1934 e 1935) – *Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Ática, 2 v.
- MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (1995) – *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*. Lisboa: MNE, 2 v. – Tomo I – As negociações diplomáticas até à declaração de guerra.
- MONIZ, Júlio Botelho (2007) – *Visões Estratégicas no Final do Império*. Lisboa: Tribuna da História.
- PÉLISSIER, René (2000) – *História de Moçambique: formação e oposição 1854-1918*. Lisboa: Estampa. 2 v. (3.<sup>a</sup> ed.).
- TELO, António José coord. (1999) – *História da Marinha Portuguesa: Homens, Doutrinas e Organização 1824-1974. (Tomo I)*, Lisboa: Academia de Marinha.